

A TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA CIDADE DE GOIÁS PARA A NOVA CAPITAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO IFG

**Helvecio Goulart Malta de Sá
Denise Silva Araújo
Gilda A. Nascimento**

Resumo: Neste texto, apresenta-se uma pesquisa que objetivou analisar as mudanças ocorridas no processo de transferência da Escola de Aprendizes Artífices (EAA) da Cidade de Goiás para a nova capital e sua transformação na Escola Técnica de Goiânia (ETG), no contexto das políticas educacionais empreendidas no Período Vargas. A efervescência deste momento político nos instigou a indagar: quais as principais mudanças e permanências na organização e na estrutura da instituição ocorridas durante o processo de transferência da Escola de Aprendizes Artífices da cidade de Goiás para Goiânia, no que se refere à sua finalidade e à clientela atendida? A abordagem epistemológica foi o Materialismo dialético e os procedimentos de coleta de informações: análise de documentos primários e entrevistas com alunos, que vivenciaram os primeiros momentos da instituição, em Goiânia. Foram muitas as mudanças empreendidas com a finalidade organizar uma escola para formar o caráter do trabalhador dedicado e competente, para inserir o Brasil no caminho do progresso.

Palavras-chave: história da educação; educação profissional; ensino em Goiás.

Introdução

Neste texto, apresentam-se os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar as mudanças ocorridas no processo de transferência da Escola de Aprendizes Artífices (EAA) da Cidade de Goiás para a nova capital e sua transformação na Escola Técnica de Goiânia (ETG).

A escolha deste campo de investigação deve-se a sua importância, no contexto da história da educação e da formação social e econômica do Estado de Goiás. No ano de 2009, o IFG completou um século de existência. A instituição, que surgiu na Cidade de Goiás, como Escola de Aprendizes Artífices e passou por várias transformações, constituindo-se como um elemento fundamental na educação goiana, que marcou a memória de várias gerações.

A EAA funcionou na Cidade de Goiás, até 1941. Em função da mudança da capital do Estado para Goiânia, em 1942, a escola foi transferida e instalada no centro da nova metrópole. Nesse momento, a instituição não mudou apenas de sede, mas ganhou outro nome: Escola Técnica de Goiânia – ETG. A mudança na legislação educacional

empreendida exigiu, também, uma reestruturação administrativa e pedagógica das escolas profissionalizantes, fazendo com que a ETG se organizasse em moldes diferentes da EAA, como será explicitado neste trabalho.

Além disso, a ETG assumiu funções condizentes com o momento político e econômico da sociedade brasileira e com o papel da Região Centro-Oeste, no processo de passagem de um modelo agrário-exportador para o modelo de substituição das importações, por meio da industrialização do país, vivenciado entre as décadas de 1930 e 1960. O Brasil necessitava de expandir a área produtora de matérias-primas para a indústria em ascensão e ampliar seu mercado interno consumidor. Diante disso, o Governo Vargas empreendeu a “Marcha para o Oeste”, a fim de integrar novas fronteiras agrícolas.

Neste período, conforme Carvalho (2012), consolidou-se o discurso da vocação agrícola da Região Centro-Oeste. A mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia foi um importante marco neste processo. A efervescência desse momento político e econômico marcou a trajetória da ETG. Diante disso, foi formulada a questão, assumida como o problema da pesquisa: quais as principais mudanças e permanências na organização e na estrutura da instituição ocorridas durante o processo de transferência da Escola de Aprendizes Artífices da cidade de Goiás para Goiânia, no que se refere à sua finalidade e à clientela atendida?

A abordagem epistemológica escolhida para orientar esta investigação foi o Materialismo Histórico Dialético, com o intuito de desvelar e apreender as contradições que permearam esse processo de transferência. O paradigma marxista afirma como essência o caráter científico do conhecimento histórico. Essa abordagem teórica baseia-se na análise das estruturas econômicas e da dinâmica das sociedades humanas com o objetivo de orientar a práxis social. As mudanças sociais não ocorrem pela atuação isolada de indivíduos, mas pelas lutas sociais. As liberdades e opções das pessoas são determinadas pelas forças produtivas, existindo uma delimitação estrutural herdada da história anterior (MARX; ENGELS, 2005; FRIGOTTO, 1997).

Para obter as informações que formaram o corpo empírico do trabalho, foi realizada a análise de documentos primários e entrevistas com quatro ex-alunos das três primeiras turmas da ETG. Um deles, inclusive, estudou na antiga EAA, na Cidade de Goiás, e pôde relatar como vivenciou este processo de transferência. Essas entrevistas contribuíram para preencher lacunas e elucidar importantes aspectos da vida cotidiana da instituição, que os documentos primários e a literatura não possibilitavam apreender.

Vale destacar, porém, que por meio de entrevistas não é possível apreender o fato histórico, em si, mas a memória construída sobre ele. SANTANA; BONETTI; MACEDO (2007), ao desenvolver uma pesquisa acerca da memória dos primeiros habitantes de Goiânia, afirmam:

Falar de Goiânia no início de sua construção é falar do fazer-se da cidade e do fazer-se da própria vida das pessoas que aqui chegaram. Uma memória coletiva sobre a construção da capital está presente nas várias vozes dos pioneiros de Goiânia [...] (2007, p. 153)

Os indivíduos têm uma necessidade essencial de pertencimento. Este sentimento origina-se na identidade do grupo e é alcançado com base na ancestralidade e na cultura dos povos. As pessoas buscam, ainda, uma identificação com o passado e uma unidade cultural dentro de um determinado território. Deste modo, por meio de certas referências como ritos, símbolos, lugares, um passado permitido é construído e, com ele, a identidade do grupo, que possibilita a criação de laços, que se mantém por meio de locais de preservação destas referências. Tais espaços podem ser denominados “lugares de memória”.

De acordo com Melo (2007), como os lugares na sociedade são marcados por desigualdades sociais, econômicas e culturais, os sujeitos pertencem aos lugares de maneira diferenciada e constroem valores e significados diversos para esses lugares.

No contexto da transferência da capital de Goiás para Goiânia e da mudança da sede da Escola de Aprendizes Artífices para a nova capital, a escola simbolizou o progresso da cidade moderna e o rompimento com o tradicionalismo (MELO, 2007). Compreender o significado atribuído a este processo pelas pessoas que o vivenciaram consiste, pois, numa importante tarefa para reconstruir a memória da cidade e do IFG.

Os sujeitos que contribuíram para a construção dos dados desta pesquisa foram dois egressos da primeira turma, uma ex-aluna da segunda turma e um da terceira:

H.N. – 88 anos, professor e economista, natural de Monte Carmelo (MG.), residente em Goiânia, foi aluno da primeira turma do Curso Industrial Básico – Artífice em Mecânica de Máquinas (1943-1946) e da primeira turma do Curso Técnico – Construção de Máquinas e Motores (1947-1949).

J.O.F. – 87 anos, empresário na área de Tipografia, natural da Cidade de Goiás – GO, residente em Cristalina – GO, foi educando da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás, no Curso de Artífice em Alfaiataria (1939 – 1940) e da primeira turma da ETG.

(1943 – 1946). Diplomou-se no Ensino Industrial Básico – Artífice em Tipografia e Encadernação.

O.A. – 83 anos, bióloga, professora, natural de Uberlândia – MG, residente em Goiânia, frequentou a segunda 2ª turma da ETG (1944 – 1948), no Curso Industrial Básico – Artífice em Alfaiataria. Ela foi aluna da primeira turma em que frequentaram pessoas do sexo feminino da Escola. Concluiu o primeiro ciclo de estudos básicos, na ETG, e cursou o segundo ciclo, no Colégio Santo Agostinho.

B.A.C – 84 anos, arquiteto, natural de Jataí – GO, residente em Goiânia, foi aluno da terceira turma da ETG (1945 – 1948) e concluiu o Curso Industrial Básico – Artífice em Marcenaria. Cursou o segundo ciclo na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro (1949 – 1951), onde se diplomou no Curso Técnico Industrial – Edificações.

Para analisar as falas dos egressos, foram elaboradas nove categorias, em torno das quais foram agrupados os dados obtidos nas entrevistas. Neste trabalho iremos abordar apenas dois: o processo de mudança da escola e a clientela atendida e finalidade da instituição, nos dois subitens a seguir.

O processo de mudança da escola

Com a mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia, diversos órgãos públicos foram transferidos da cidade de Goiás para a nova sede do governo estadual. Dentre eles podem-se destacar as instituições de ensino como o Liceu de Goiás, a Escola Normal e a Escola de Aprendizes Artífices (COELHO, 2005).

No ano de 1937, o interventor Pedro Ludovico empreendeu uma viagem à capital federal, a então cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de conseguir a autorização e o apoio do presidente Getúlio Vargas para a construção do prédio que deveria abrigar a Escola de Aprendizes Artífices (GALLI, 2007).

De acordo com Galli (2007), o processo de construção dos edifícios, que iriam abrigar a instituição, em Goiânia, iniciou-se, em 1938, quando o governo estadual realizou uma licitação pública, para definir a empresa encarregada da construção dos diversos prédios que compunham a estrutura física deste importante estabelecimento de ensino profissional. A concorrência foi ganha por uma firma de engenharia, sediada no Rio de Janeiro, que tinha como um dos sócios, o engenheiro Aníbal de Andrade Câmara, responsável pela execução da obra.

Destacando-se por sua arquitetura em estilo *art déco*, a ETG se constituiu como estabelecimento diferenciado de ensino profissional, idealizado e construído para

o desempenho específico dessa finalidade. Além de passar a ocupar um edifício próprio, com amplas e modernas instalações, condizente com as funções educacionais que deveria realizar, a instituição adotou um novo nome: Escola Técnica de Goiânia (ETG).

Silva (2006) relata que, em 1942, o prédio da ETG estava em condições de iniciar o ano letivo. Entretanto isso não aconteceu, pois o então interventor de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, requisitou o prédio da escola, para sediar diversas atividades do Batismo Cultural de Goiânia, realizado no período entre o dia 20 de junho ao dia 10 de julho de 1942, em que se realizou uma série de inaugurações na nova capital, inclusive a da ETG. Um dos entrevistados que era oriundo da Escola de Aprendizes Artífices relatou como os alunos da antiga escola vieram para Goiânia e tiveram que retornar, devido ao adiamento das atividades escolares:

Vimos de caminhão pra Goiânia, em fevereiro, [...] ia ser aberta [...] E aí ela não funcionou. Aí, nós voltamos [...] Era muito custoso, porque é 36... 32 léguas de Goiás a Goiânia. [...] Levava quase que um dia inteiro, um dia inteiro. As jardineiras saíam quatro horas da manhã e chegavam às oito da noite, em Goiânia [...] Era muito difícil a estrada, muito, muito difícil. [...] Nós viemos de caminhão, mas nós não viemos todo mundo reunido de caminhão, não. Nós viemos parcelados, né? [...] Uns vieram de caminhão, outros vieram de jardineira [...] (J.O.F.)

Como a ETG só iniciou suas atividades escolares, no início de 1943, gerou-se um hiato entre o término do funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás (EAA) e o início das atividades Escola Técnica de Goiânia (ETG). Com isso, os alunos provenientes da antiga capital ficaram um ano sem a possibilidade de estudar, como descreveu o mesmo egresso:

[...] teve dificuldade pra aqueles que ficaram sem estudo, como eu... Eu, por exemplo, fiquei um ano sem estudar, por causa da mudança. Eu queria vir pra escola, apesar de não conhecer a nova estrutura de Goiânia, o que seria... Mas, eu preferia vir pra Escola Artífice em Goiás, porque eu gostava da escola de lá. Então, ela veio e eu fiquei sem estudar, por causa disso (J.O.F.).

Outro entrevistado narrou suas lembranças sobre a utilização dos edifícios da ETG, para a realização das atividades do Batismo Cultural de Goiânia e o adiamento de suas atividades escolares, da seguinte maneira:

Era pra começar em 42. Não começou em 42, porque, em 42, foi o Batismo Cultural de Goiânia, no dia 5 de julho, e o governador pediu ao ministério que cedesse as instalações do prédio, que estavam vazias, para realizar ali a grande festa do Batismo Cultural de Goiânia. Foi uma semana, mais ou menos, de festa e dia 5 de Julho foi o Batismo Cultural. Aquelas duas colunas que tem, na Rua 66, ali, não são do projeto da escola. O governo do estado é que construiu, aqui. Naturalmente, que o diretor com licença do ministério concedeu pra fazer uma coisa com segurança. Era bonito, porque tinha lá em

cima as bandeiras, tudo indicativo, para quem estava na cidade ver que era, lá, nas bandeiras, que estavam realizando a festa [...] (H. N.).

Conforme recordou este egresso, para sediar as atividades do Batismo Cultural, foi construído na entrada lateral da ETG, pela Rua 66, um pórtico, que marcava a entrada de uma grande exposição de produtos agropecuários e artesanais dos diversos municípios goianos e até de outros estados, realizada no pátio da Escola, durante o evento.

Segundo Silva (2006), apenas em janeiro de 1943 foram abertas as inscrições para a primeira seleção da ETG. Quando a escola começou a funcionar, faltavam muitos recursos materiais e humanos, mas isso não impediu o início das aulas, como relatou um dos sujeitos que contribuíram com esta investigação:

[...] funcionou, assim mesmo, em estado de... Lá, não tinha professor de português, nós não tínhamos aula de alfaiataria. Nós não tínhamos, é... E tinha muitos cursos que eram pra ensinar, mas, não tinha professor (J.O.F.).

Essa falta de professores dificultou a instalação de algumas oficinas (ou cursos), que tiveram seu início adiado, como destacou o mesmo sujeito: [...] a alfaiataria não tinha professores, não funcionou no primeiro ano (J.O.F.). Segundo Silva (2006), as pessoas que trabalhavam na instituição se empenharam para oferecer o melhor ensino possível, dentro das condições existentes, neste primeiro período de implantação da ETG, em Goiânia, como foi relatado:

Em fevereiro, mesmo com a falta de muitos professores, tanto na área de educação geral quanto na formação profissional, tiveram início as aulas. Para minorar um pouco esse difícil quadro, se transferiu da antiga Escola de Aprendizizes Artífices da cidade de Goiás, a professora de português, [...] de geografia e história [...] e de geometria e desenho. Porém, ainda faltavam professores para muitas outras matérias e era muito difícil nomeá-los, porque dependia de ato do Governo Federal, instalado no Rio de Janeiro. Durante todo o primeiro ano de funcionamento da Escola, muitas vezes, o Prof. Lisbôa reunia todos os alunos no auditório e ministrava aulas de matemática e/ou ciências físicas e naturais para as mais diversas turmas, reunidas num único salão (SILVA, 2006, p. 112-113).

Para ingressar no Ensino Básico (primeiro ciclo do ensino industrial) da ETG, o candidato precisava ter cursado pelo menos dois anos do ensino primário e ser aprovado em um exame de admissão, que continha provas das matérias de Português e Aritmética, além de uma avaliação de aptidão mental. Já, para ingressar nos cursos técnicos (segundo ciclo do ensino industrial), o aluno deveria ter concluído o primeiro ciclo (ou equivalente) e prestar exame vestibular, que avaliava conhecimentos nas áreas de Português, Matemática e Desenho.

Este é um dos traços que diferenciavam a instituição, nesta sua nova fase, uma vez que, na antiga EAA, não se requeriam conhecimentos prévios, nem mesmo de leitura e escrita. A escola se encarregava de oferecer as primeiras letras, para aqueles que não tivessem o ensino primário. Segundo Cunha (2005), esta mudança demonstra uma alteração das finalidades e na filosofia da instituição, que se tornou mais seletiva e exigente para atender às demandas do momento histórico, que exigia uma formação mais elaborada:

Ao contrário das modalidades de recrutamento das escolas de aprendizes artífices, de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, as novas escolas industriais previam a realização de ‘exames vestibulares’ e de testes de aptidão física e mental. A pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter necessário. A aptidão para um ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fator prioritário na admissão (p. 36).

Nesse sentido, pode-se constatar uma mudança do nível de ensino oferecido. Na EAA, a principal finalidade era formar para o exercício de um ofício e a escolaridade obtida pelos poucos que, nela, concluíam os estudos era o primário. Já a ETG ministrava um ensino profissional equiparado ao nível médio (primeiro e segundo ciclos). Cunha (2005, p. 36) analisa esta mudança da seguinte forma:

A ‘lei’ orgânica do ensino industrial (Decreto-Lei n. 4.078 de 30 de janeiro de 1942) trouxe, como principal inovação, o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então, conteúdo exclusivamente geral. O deslocamento do ensino profissional para o grau médio tinha a função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos educáveis [...]

Na primeira seleção, do total de inscritos foram aprovados 170 alunos, dos quais 92 conseguiram vagas no internato. Ficando os 78 restantes como alunos semi-internos. Vale registrar que esta é outra diferença, nos serviços oferecidos pela instituição, visto que, na EAA, não havia o regime de internato. Pode-se explicar esta diferença, até mesmo, pela capacidade de atrair alunos de outras localidades que a instituição, em sua nova organização e localização, passou a exercer. Muitos alunos de outros locais se deslocavam para Goiânia em busca de um ensino médio gratuito de boa qualidade, que a Escola oferecia e, também, uma qualificação profissional. Por isso necessitavam de um local para morar, visto que as condições socioeconômicas de suas famílias não permitiam sua manutenção fora de casa.

De acordo com Silva (2006), os critérios para o ingresso no internato eram a comprovação da impossibilidade da família do aluno arcar com os custos de sua

manutenção em Goiânia, obter uma boa colocação no exame de admissão e ser originário de cidades localizadas no Estado de Goiás.

Vale destacar que os alunos oriundos da Escola de Aprendizes Artífices não precisaram passar pelo exame de admissão, conforme a narrativa de um dos entrevistados que contribuiu com esta pesquisa:

[...] eu não fiz seleção. Quando nós viemos de lá, nós fizemos um exame, mas esse exame foi pra avaliar o conhecimento do aluno, [...] porque eu não tenho recordação de nenhum aluno de Goiás, que veio e que foi rejeitado. Todos que vieram foram eleitos. Não é possível que todos, que vieram, passaram, né? Porque, naquele tempo, era rígida a coisa (J.O.F.).

Algumas contradições do processo de transferência devem ser destacadas. Um dos entrevistados questionou o fato de ter havido uma transferência da escola de Goiás para Goiânia, deixando a antiga capital desprovida de uma instituição que cumprisse seu papel:

[...] Crime do governo, pra mim. No meu pensamento, foi um crime, que ele fez, porque, desde que mudou a escola, lá passou a ser sede de associação, ficou abandonado, ficou pra nada. Ficou abandonado, lá. Os carentes não tiveram mais lugar pra estudar, não puderam mais estudar... (J. O. F.)

Além disso, nem todos os alunos da EAA puderam mudar-se para a nova capital, a fim de continuar seus estudos. Aqueles que precisavam trabalhar para se manter e/ou suas famílias tiveram que permanecer na Cidade de Goiás, sem outra opção para concluir sua profissionalização, como relatou o egresso:

[...] vieram os alunos, os últimos a entrar na escola [...] Eu estava com treze anos. É, com treze anos. E com quatorze anos, quando eu vim pra escola, e a escola era só pra onze anos. De quem estava em Goiânia, só recebia de onze anos. Mas, lá, tinha gente muito mais velho do que eu, de dezesseis anos [...] não vieram, por causa da situação financeira, né?... precisavam trabalhar e coisa e tal [...](J.O.F.)

Pode-se perceber, com este depoimento, que a instituição, nos seus novos moldes, excluía o aluno trabalhador. Esta é a principal contradição que deve ser explicitada. A mudança da escola e sua adequação às exigências da legislação da época não possibilitavam a permanência, em seu interior, daqueles que viviam do trabalho, dentre outros motivos, devido ao regime de período integral. Os alunos que podiam usufruir das novas e modernas instalações eram aqueles que não precisavam trabalhar para se manter, por sua idade e condição econômica.

Clientela atendida e finalidade da escola

Cunha (2005) afirma que a clientela que frequentava as escolas industriais, no Brasil, era constituída por adolescentes e jovens que não trabalhavam, ao passo que as antigas escolas de artífices eram destinadas ao aprendiz, que estava inserido no mundo do trabalho, oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade como atestou um dos entrevistados ao referir-se à clientela da EAA: “Lá, a escola era composta de gente pobre” (J.O.F.).

O modelo de aprendizagem das antigas escolas, destinado aos filhos das famílias de baixa renda, continuou a ser desenvolvido, com algumas reformulações para atender às necessidades das indústrias em fase de consolidação no país, no recém-criado SENAI. Nas instituições que passaram no futuro a compor o denominado Sistema ‘S’, a aprendizagem deveria se desenvolvida metodicamente, em escolas mantidas pela indústria, junto às oficinas. Essas passaram a ser as escolas destinadas aos trabalhadores e seus filhos (CUNHA, 2005; CARNEIRO, 1998).

Com relação ao tipo de alunos atendidos pela ETG, a análise das entrevistas nos oferece alguns dados relevantes. Os depoimentos revelam que o nível socioeconômico dos alunos era bastante variado. É interessante registrar que esta diferença gerou entre os entrevistados pontos de vista divergentes em relação a esta questão. Os mais pobres entendiam a escola era frequentada por estudantes “remediados”. Aqueles que provinham de família com condições melhores avaliaram que a instituição atendia, principalmente, alunos pobres, como se pode perceber nos trechos de suas falas transcritas a seguir:

Geralmente, eram pessoas mais pobres, da média pra baixa. E tinha muitos meninos que iam pra Escola Técnica, que moravam aqui, que iam por causa da alimentação. Porque tinha o lanche das dez horas, depois, tinha almoço, acho que meio dia, e depois, tinha mais um lanche, antes de ir pra casa, né? (O.A.)

[...] todos nós, na esmagadora maioria éramos, verdadeiramente, egressos de uma camada social menos favorecida financeiramente, portanto, carentes de melhores condições educativas e maiores oportunidades no mercado de trabalho. Víamos naquele ensino diferenciado a grande chance de obtermos um bom nível cultural e o caminho mais curto para alcançar o progresso social e profissional (H.N. citado por SILVA, 2006, p. 93).

Quase todos os meus colegas, do interior, eram remediados. Remediados. Bom, é claro, que eu não investiguei, não perguntei para os meus colegas como é que era a sua vida. [...] Mas, eu tenho uma [ideia] pelo padrão de vida deles, o jeito de convivência e tudo. Eu percebi que a maioria era de situação financeira remediada, sabe? A maioria deles, pra não dizer todos, né? (B.A.C.).

É possível inferir que os estudantes que compunham o corpo discente da ETG não deveriam ser tão pobres quanto os alunos da antiga EAA, visto que suas famílias poderiam viver sem a contribuição de seu trabalho, no período que estavam estudando.

Vale registrar, ainda, outra diferença entre a EAA e a ETG. Na primeira, só existiam alunos do sexo masculino, como atestou o egresso oriundo da escola, na antiga capital, quando foi indagado se havia mulheres que estudavam na Escola, em Goiás: “Não senhor... só homem, lá era só homem, lá não tinha mulher” (J.O.F.).

Já na ETG, as mulheres começaram, gradualmente, a se inserir na instituição. A primeira turma da Escola, em Goiânia, era composta apenas por meninos. As meninas só começaram a estudar na ETG, na segunda turma, ou seja, a partir de 1944. Uma das egressas, que participou da primeira turma em que ingressaram mulheres, narrou este fato:

Em 44, as mulheres começaram a frequentar os cursos na escola [...] Eu fui pra Escola Técnica, porque, meu pai e minha mãe achavam que eu devia ir pra aprender uma profissão. Só tinham duas coisas que as mulheres podiam fazer, lá: era tipografia e alfaiataria. Aí, eu fiquei na alfaiataria. [...] Mas tinha poucas mulheres. Tinha poucas (O.A.).

O depoimento anterior evidencia que, a participação de mulheres nas primeiras turmas da Escola era muito reduzida. Além disso, elas frequentavam apenas alguns cursos, que eram considerados apropriados ao sexo feminino.

Silva (2006) registra um caso ocorrido, no período abordado neste trabalho, de duas moças que ousaram romper com o preconceito e frequentar cursos considerados eminentemente masculinos. No ano de 1947, iniciou-se, na ETG, o ensino técnico industrial (segundo ciclo), que teve, em sua primeira turma, a presença de duas mulheres aprovadas no exame “vestibular” : Maria José Lisbôa, a “Zezé”, para o Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores, e Anunciata Spencieri, para o Curso Técnico de Edificações.

De acordo com o relato do egresso H.N. (citado por Silva, 2006), essas alunas enfrentaram um grande desafio, “pois vivendo em uma sociedade patriarcal, onde à mulher era permitido, no máximo, formar-se professora” (p. 122), elas transpuseram obstáculos e enfrentaram a resistência de uma sociedade tradicional. Ainda, segundo o egresso, estas mulheres não foram as únicas e nem muito menos as primeiras “a ingressar na Escola Técnica, pois outras já frequentavam seus cursos profissionalizantes”. Elas, porém, foram as primeiras que ousaram a ingressar em cursos considerados socialmente apropriados para homens.

Além disso, é importante destacar que não era possível a matrícula de meninas no regime de internato, pois não havia acomodações destinadas a elas. Esta situação demonstra o caráter marginal das mulheres no interior da instituição. Elas não tinham os mesmos direitos a políticas de apoio para a permanência de alunas oriundas de outra localidade. Pode-se inferir que os definidores das políticas públicas da época consideravam inconcebível que moças fossem estudar longe de seus pais e residir em uma escola mista.

No que se refere à clientela da escola, é importante discutir acerca da questão étnico-racial. Um dos egressos, proveniente da EAA, afirmou que não havia distinção de cor, no interior da instituição e que ele não percebia a existência de preconceito. No entanto, sua fala é permeada por estereótipos racistas, como se lê a seguir:

[...] tinha muitos negros, mas não tinha distinção, não. Que eu lembro, não tinha não. [...] É não tinha. Eu nunca ouvi falar de distinção de cor, lá dentro, que eu me lembro. Pode até ter havido, mas eu não [lembro]. Eu, por exemplo, tinha um amigo que era negro. Esse era negro mesmo, era preto. Preto, beirão, parecia que era daqueles, lá da África, aqueles africanos feio pra chuchu, [...] (J.O.F.)

Pudemos apreender com mais precisão como a questão étnico-racial acontecia no interior da ETG, pois uma de nossas entrevistadas é negra e pôde relatar como vivenciou este fato, no seu cotidiano, na Escola. Ao ser indagada sobre a existência de pessoas negras na instituição, ela afirmou que eram poucas. Quanto ao racismo, respondeu:

Oh! A questão do preconceito é que ele sempre existiu, e em cada época ele era de um jeito. [...] o povo tinha a mania de chamar “a negrinha”, oh! negrinha venha aqui. Isso os colegas diziam, sabe? É, eles chamavam. Agora, os professores, não. Não me lembro de nenhum ter falado isso, não. Por parte dos professores, não. Não houve esse tipo de coisa, mas entre os colegas sempre tinha. Eles falavam pra gente assim, “se nego fosse gente urubu era tenente”, esse tipo de coisa, assim. É menino! Eu ficava queimada com aquilo. Eu brigava muito, se falasse uns trem desses pra mim. [...] eu já agarrava, logo, pelo cabelo. Aí, eu fiquei famosa por causa dessas brigas (O.A.).

Por meio deste depoimento, percebe-se que, embora não houvesse uma exclusão dos sujeitos pela cor da pele, isso não demonstra a ausência de preconceito racial. Além disso, como já foi mencionado, anteriormente, existia maior seletividade na ETG, devido à impossibilidade do acesso de pessoas que não tinham cursado o primário e conseguido aprovação no exame de admissão, bem como daquelas que não pudessem permanecer sem trabalhar durante a formação profissional. A seleção, assim, revestida de critérios, aparentemente, pedagógicos, na realidade, tornava-se uma

triagem socioeconômica. Como, no Brasil a questão racial está relacionada com a desigualdade na distribuição de renda, a população negra, constituída historicamente pelas pessoas com menor poder aquisitivo, acabou perdendo espaço na nova organização do ensino industrial das escolas técnicas.

Algumas Considerações

A criação da EAA de Goiás, em 1909, deve ser analisada no contexto dos debates e das políticas educacionais, empreendidas no início do Século XX, nas quais predominava um “otimismo pedagógico”, que atribuía à educação a tarefa de dirimir todas as mazelas sociais, econômicas e políticas. A criação destas escolas, em todo o país, relacionou-se muito mais à preocupação com os conflitos sociais decorrentes da crescente urbanização do que com a implementação de políticas educacionais destinadas à formação profissional.

Embora, na justificativa de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, tenham sido utilizados argumentos voltados para propósitos industrialistas, na realidade, o incipiente complexo fabril existente no país, ainda, não demandava um significativo contingente de força de trabalho qualificada. As escolas, que se encontravam distantes dos centros de desenvolvimento industrial, como a da Cidade de Goiás, adaptaram-se ao mercado local ensinando, apenas, os ofícios artesanais, compatíveis com as oportunidades de atuação profissional para os seus educandos.

Assim, a função assistencialista, disciplinadora e moralizadora da escola tornou-se preponderante sobre sua função de preparadora da força de trabalho. Em Goiás, isto ficou mais evidente devido ao nível de desenvolvimento das forças produtivas no estado, que permanecia eminentemente agrário, com a economia fundamentada na agricultura de subsistência e uma incipiente pecuária de corte para o comércio com outras regiões do país.

Por sua vez, a ETG assumiu funções condizentes com o momento político e econômico da sociedade brasileira e com o papel da Região Centro-Oeste, no processo de passagem de um modelo agrário-exportador para o modelo de substituição das importações, por meio da industrialização do país, vivenciado entre as décadas de 1930 e 1960. Os estudos realizados evidenciaram a importância política e econômica da escola, nesse momento histórico, em que o Brasil necessitava expandir a área produtora de matérias-primas para a indústria em desenvolvimento e ampliar seu mercado interno consumidor.

Assim, diferente das antigas escolas de aprendizes artífices, que eram orientadas por um caráter fortemente assistencialista e tinham a pobreza como critério suficiente para o ingresso, as novas escolas industriais, como a ETG, passam a selecionar seus alunos por meio de “exames vestibulares”. Esta seletividade e o funcionamento em tempo integral constituíram-se razões que excluíram do ensino industrial muitos alunos provenientes das camadas populares. Assim, conforme analisado nesta pesquisa, as leis orgânicas elaboradas no Estado Novo (1937-1945) aumentaram a dualidade existente na educação brasileira, pois as escolas técnicas passaram a ter como clientela os adolescentes e jovens que ainda não estavam trabalhando.

Uma das características que existia na EAA e permaneceu na ETG era a exigência da saúde física e mental como condição para o ingresso na instituição. As pessoas que tivessem qualquer deficiência ou “defeito” físico ou mental, que pudesse comprometer sua produtividade não podiam se inscrever na seleção para a Escola, pois era exigido um atestado de saúde e vacina. Isso demonstra a forma pela qual os alunos eram compreendidos: como força de trabalho em formação e não como cidadãos de direitos.

Outra contradição do processo de transferência deve ser destacada: o fato de ter havido uma mudança da escola de Goiás para Goiânia, deixando a antiga capital desprovida de uma instituição que cumprisse seu papel.

Vale registrar, ainda, outra diferença entre a EAA e a ETG. Na primeira, só frequentavam pessoas do sexo masculino, já na segunda, as mulheres começaram, gradualmente, a se inserir na instituição. Isto evidencia uma mudança, nas relações sociais e no mundo do trabalho, onde a mulher estava conquistando, gradualmente, por meio de muitas lutas e embates, um novo papel.

Vale destacar que esta pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa, sem a intenção de generalizar os resultados obtidos, o que não minimiza a importância do conhecimento elaborado. Aprender o significado atribuído a este processo pelas pessoas que o vivenciaram foi fundamental para contribuir com a construção da memória do IFG. Com os dados obtidos e as análises desenvolvidas foi possível criar uma zona de sentido sobre o tema investigado e assim lançar bases para futuros estudos.

Referências

- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Retórica da educação geral e o mito da qualidade total: um estudo de caso da “Beer Free”. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: 1998.
- CARVALHO, Marco Antônio de. *Técnico Agrícola: peão melhorado?* Tese (Doutorado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás). Goiânia: 2012.
- COELHO, Neiva Gustavo. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino Profissional na irradiação do industrialismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 69-90.
- GALLI, Ubirajara. A história do Batismo Cultural de Goiânia. Goiânia: Ed. UCG/Contato Comunicações, 2007.
- HISTÓRICO da Escola Técnica Federal de Goiás. Goiânia, 1976 (Lançado no livro do tomo, em 30 de junho de 1978, p. 198).
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.
- MELO, Orlinda Carrijo. *A invenção da cidade: leitura e leitores*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.
- SANTANA, Francis Marques Otto de Camargo; BONETTI, Maria Cristina de Freitas; MACEDO, Maurides. Pioneiros: compondo o passado. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira e MACHADO, Laís Aparecida (orgs.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial, Editora da UCG, 2007.
- SILVA, José Joaquim de Almeida e. *Hélio Naves: um homem, uma história, uma missão*. Goiânia: Kéops, 2006.